

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE
(do Sr. RONALDO DIMAS)

Solicita informações à Sra. Ministra de Meio Ambiente sobre projetos de manejo florestal, em especial de mogno em áreas indígenas, e criação de Reservas Extrativistas.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre projetos de manejo florestal, em especial de mogno em áreas indígenas, e criação de Reservas Extrativistas:

- 1) quais os projetos de manejo florestal autorizados por este Ministério em 2002 e 2003 na área da Amazônia Legal. Solicito listagem incluindo respectivos Estados e responsáveis pela implementação dos referidos projetos;
- 2) listagem de Reservas Extrativistas criadas em 2002 e 2003, respectivas localizações e área total;
- 3) listagem de Reservas Extrativistas atualmente em estudo no Estado do Pará;
- 4) listagem de projetos de exploração de mogno em Áreas Indígenas nos anos de 2002 e 2003, autorizados por este Ministério e seus órgãos vinculados;
- 5) listagem de autuações efetuadas por este Ministério e seus órgãos vinculados de exploração ilegal de mogno e outros recursos florestais em áreas indígenas em 2002 e 2003.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal “O Liberal”, de 14 de novembro de 2003, publicou matéria sob o título “Barco de Tróia”, segundo a qual:

“(...) Ao mesmo tempo, foram criados 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas para beneficiar 15.600 pessoas. São 138 hectares para cada pessoa. Os Projetos de Manejo Florestal não conseguem decolar porque a burocracia não deixa. As Florestas de Produção – alternativa de geração de renda, empregos e tributos – são um assunto discutido, estudado, mas nunca implementado. Querem é mais Reservas Extrativistas, sem burocracia – como a “Verde Para Sempre”, objetivo da atual “visita” do Greenpeace ao Município de Foz de Moz. A idéia é criar uma área de 1,6 milhão de hectares 'para beneficiar' outras 15 mil pessoas, ou seja, outros 106 hectares por pessoa. É importante ressaltar que essa reserva será criada em área pertencente ao Pará, já usurpado do controle fundiário de seu território: estão sob jurisdição do estado apenas 30% de suas terras. (...) O Greenpeace tem usado a exploração madeireira como principal justificativa para a ação do grupo na Amazônia: já foram contra a extração em Reservas Indígenas, alegaram que o mogno estava ameaçado de extinção e brigaram para proibir a comercialização desta espécie. Conseguiram tudo isso. No entanto, a situação dos índios não melhorou e pasmem: o mogno continua sendo extraído da Reserva Indígena Xicrin, por uma ONG chamada ISA – Instituto Sócio-Ambiental (amiguinha do Greenpeace e também financiada com recursos externos), com a anuência do Ministério do Meio Ambiente.(...)”

As informações que ora requeremos são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de _____

Deputado RONALDO DIMAS